

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Assembléia foi realizada no dia 27 de dezembro de 2007, às 15 horas, na sede social da Companhia, na Rua Prof. José Vieira de Mendonça, 3.011, nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais. Os trabalhos foram instalados com a presença de acionistas representando "quorum" superior ao legal. Presente também o Sr. José Ruque Rossi, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia. Dirigiram os trabalhos: Presidente, Rinaldo Campos Soares; Secretário, Juventino Moraes da Franca. A Assembléia foi convocada conforme edital publicado, neste mês de dezembro de 2007, nos jornais: **Minas Gerais**, Caderno I (dias 11, 12 e 13 - páginas 68, 44 e 79, respectivamente), **Estado de Minas** (dias 11, 12 e 13 - páginas 19, 14 e 09, respectivamente) e **Gazeta Mercantil** (dias 11, 12 e 13 - páginas A11, A7 e A7, respectivamente), "a fim de deliberar sobre: 1. o estabelecimento do 2º Programa de Distribuição de Valores Mobiliários no montante total de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), e a definição de suas características (o "2º Programa"); 2. a aprovação da 4ª emissão de debêntures da Companhia e a 1ª no âmbito do Programa, no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), através da emissão de até 5.000 (cinco mil) debêntures simples, subordinadas, em série única, com valor nominal de R\$100.000,00 (cem mil reais) e prazo de 5 anos a contar da data de emissão, para distribuição pública no âmbito do Programa, e a aprovação das características gerais da emissão; 3. a delegação ao Conselho de Administração da Companhia da competência de que trata o §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para deliberar sobre determinadas condições da 1ª emissão de debêntures no âmbito do Programa; 4. a ratificação das decisões tomadas pelo Conselho de Administração relativamente ao Programa e à Emissão; e 5. a autorização à Diretoria da Companhia para: (a) tomar todas as providências com relação ao arquivamento do Programa perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e aos demais órgãos competentes, (b) negociar o modelo de escritura de emissão das debêntures (c) negociar e celebrar toda e qualquer documentação correlata ao Programa, (d) contratar instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para auxiliar a implementação do Programa; e (e) ratificar todos os atos, relativos ao Programa e à Emissão, que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria; **DELIBERAÇÕES** – As matérias da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas, por unanimidade dos presentes, as seguintes deliberações: 1. Aprovar o estabelecimento do 2º Programa de Distribuição de Valores Mobiliários com o objetivo de possibilitar, no futuro, que a Companhia realize ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos dos artigos 11 e seguintes da Instrução CVM 400, cujo prazo máximo de duração será de 2 (dois) anos, contados do seu arquivamento pela CVM. No âmbito do 2º Programa somente poderão ser emitidas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ou com garantia real ou subordinada. O 2º Programa será estabelecido no valor de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), ficando o

Juventino Moraes da Franca
OAB/MG – 6.174

valor total das ofertas públicas a serem realizadas dentro de 2º Programa limitado a esse montante. 2. Aprovar a criação da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia sendo a 1ª a ser realizada no âmbito do 2º Programa (a "Emissão" e as "Debêntures"), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Oferta" e a "Instrução CVM 400"), sujeita a registro perante a CVM, com as seguintes características: **(a) Valor Total da Emissão:** o valor da Emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); **(b) Lote Adicional e Lote Suplementar:** a Companhia poderá elevar o montante da Emissão em até 20% (vinte por cento) conforme disposto no §2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400 (o "Lote Adicional") e poderá outorgar à instituição intermediária líder da Oferta, a critério desta última, a possibilidade de distribuição de lote suplementar de Debêntures, caso a procura das Debêntures assim justifique, em até 15% (quinze por cento) do Valor Total da Emissão (o "Lote Suplementar") nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, respeitadas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente ofertadas; **(c) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(d) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na data de emissão; **(d) Número de Debêntures:** 5.000 (cinco mil) Debêntures, observada a possibilidade de aumento do número de Debêntures relativo ao Lote Adicional e ao Lote Suplementar; **(e) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário corrigido, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pela Remuneração (conforme definido a seguir). As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à CBLC no ato da subscrição; **(f) Conversibilidade em Ações:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações; **(g) Espécie:** as Debêntures serão da espécie subordinada; **(h) Forma:** as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados; a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures aberta em nome do debenturista, emitido pela instituição depositária das Debêntures; **(i) Prazo de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, a contar da data de emissão; **(j) Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures no mercado, por preço igual ou inferior ao seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir), calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão ou da data de pagamento da Remuneração anterior até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado; **(k) Negociação:** As Debêntures serão admitidas à negociação no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, ou no Sistema de Negociação BOVESPAFIX, da Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("BOVESPAFIX"), segundo suas normas e procedimentos e, neste último caso, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"). As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no (i) Sistema Nacional de Debêntures – SND ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP e/ou (ii) BOVESPAFIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC, segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e/ou da CBLC, conforme o caso;

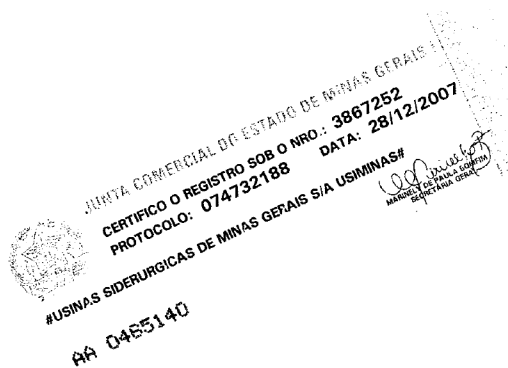
(l) Encargos Moratórios: ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança; **(m) Remuneração:** As Debêntures renderão juros à taxa a ser definida em procedimento de *Bookbuilding*, observando-se como limite à taxa correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread máximo de até 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa Máxima"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ainda não amortizado nos termos da Escritura de Emissão, a partir da Data de Emissão e a última data de pagamento da remuneração coincidindo com a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização (a "Remuneração"). Ao final do procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a Remuneração aplicável às Debêntures definida no procedimento de *Bookbuilding*. 1. Aprovar a delegação da competência de que trata o §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, cabendo ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre (i) a ratificação da taxa de juros definida em processo de *Bookbuilding*; (ii) a oportunidade da emissão; (iii) a época e condições de vencimento, amortização ou resgate; (iv) a época e condições do pagamento dos juros e do prêmio de reembolso, se houver; (v) o modo de subscrição ou colocação; e (vi) os índices financeiros a serem obedecidos pela Companhia, incluindo, mas sem limitação: (a) dívida total por EBITDA; e (b) EBITDA por despesas financeiras, podendo o Conselho de Administração, caso entenda aplicável, delegar à Diretoria a negociação, definição e estabelecimento de referidos índices. Para fins do artigo 30 da Instrução CVM 400. A manutenção da Oferta não está condicionada à quantidade mínima de Debêntures subscritas e integralizadas ou montante mínimo de recursos a ser captado pela Companhia por meio da Oferta. 2. Ratificar todos os atos, relativos ao Programa e à Emissão, que tenham sido praticados pelo Conselho de Administração anteriormente à presente data. 3. Autorizar à Diretoria da Companhia para: (a) tomar todas as providências com relação ao arquivamento do Programa perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e aos demais órgãos competentes, (b) negociar o modelo de escritura de emissão das debêntures (c) negociar e celebrar toda e qualquer documentação correlata ao Programa, (d) contratar instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para auxiliar a implementação do Programa; e (e) ratificar todos os atos, relativos ao Programa e à Emissão, que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à presente data. Registra-se a abstenção do Fundo Capital World Growth And Income Fund Inc. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da Ata, contendo o sumário dos fatos ocorridos, a qual, depois de aprovada, vai assinada pela Mesa e pelos Acionistas presentes. Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2007. **MESA - Presidente Rinaldo Campos Soares – Secretário Juventino Moraes da Franca. ACIONISTAS:** Nippon Usiminas Co. Ltd.; Nippon Steel Corporation; Camargo Corrêa S/A; Camargo Corrêa Cimentos S/A; Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A; Companhia Vale do Rio Doce; Votorantim Participações S/A; Carlos Jorge Loureiro; Caixa dos Empregados da Usiminas; Caixa de Previdência dos Func. do Banco do Brasil – PREVI; MC Development do Brasil Ltda; João Lucas Ferraz Dungas;

Livro AG-1
Página 065

Fundos Administrados pelo HSBC CTVM S/A; Fundos Administrados pelo Citibank N.A; Metal One Corporation.

Certifico que esta Ata é cópia fiel da lavrada no livro AG I, páginas 62, 63, 64 e 65. Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2007.

Juventino Moraes da Franca
OAB/MG – 6.174



Juventino Moraes da Franca
OAB/MG – 6.174